

CULTURAS JUVENIS E PROCESSO DE GOVERNAMENTO NO PROJovem

YOUTH CULTURES AND THE GOVERNANCE IN PROJovem

LAUTERT, Lisandra Veiga dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

lisandradaveiga@yahoo.com.br

RESUMO As Juventudes tem constituído suas culturas em espaços cada vez mais diversificados e se apropriam desses espaços, criando identidades juvenis nos interstícios desses locais. O Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano), é um programa federal que tem por objetivos maiores a qualificação do jovem no mercado de trabalho, a permanência e a inclusão desse jovem na sociedade. Este artigo tem como finalidade problematizar os discursos e as formas de governo das juventudes no contexto do ProJovem. A metodologia ainda é incipiente dado ao tempo de publicação deste artigo, utilizei-me da análise dos sites do ProJovem e das Juventudes. Este estudo está vinculado aos Estudos Culturais e do ponto de vista dos estudos pós-estruturalista, incluindo conceitos de discurso, verdade, poder, biopolítica, governamentalidade de Michel Foucault; culturas juvenis na perspectiva da multiplicidade dessa categoria estudados por Elisabete Garbin e Carles Feixa; estudos culturais, a partir de Raymond Williams, Marisa Costa. Como resultados parciais (e muito iniciais) observamos a concepção de jovem que os sites apresentam, figuras de jovens em forma de recorte – num intento de demonstrar a questão da heterogeneidade - ,graffiti e acompanhados de skates e/ou fones de ouvido. Podemos também inferir alguns discursos para o controle e governo dessas populações no âmbito da biopolítica. Nas práticas pedagógicas dispostas no site, pode-se visibilizar o governo das culturas e das identidades juvenis compondo o mosaico da prática escolar.

Palavras-chave: Sujeitamento. Biopolítica. Culturas Juvenis. ProJovem.

ABSTRACT The Youth has made up their cultures in the increasingly diversified and appropriate these spaces, creating youth identities in the interstices of these locations. The Youth Inclusion Programme (ProJovem Urban) is a federal program that aims higher qualification of the young labor market, the permanence and inclusion of youth in society. This article aims to discuss the discourses and forms of governance in the context of the youths ProJovem. The methodology is still immature since the time of this writing, I used the analysis of sites ProJovem and Youth. This study is linked to cultural studies and from the standpoint of post-structuralist, including concepts of speech, truth, power, biopolitics, governmentality of Michel Foucault; youth cultures in view of the multiplicity of this class studied by Elizabeth

Feixa Garbin and Carles; cultural studies, from Raymond Williams, Marisa Costa. As partial results (and very early), we observed the development of the site show that young, images of young-shaped cut-out - in an attempt to demonstrate the issue of heterogeneity - graffiti and accompanied by skateboards and / or headphones. We can also infer some statements to the government and control of these populations in the framework of biopolitics. Arranged in pedagogical practices at the site, one can visualize the governance of cultures and youth identities composing the mosaic of the school practice.

Keywords: Subject. Biopolitics. Youth Cultures. ProJovem.

1 INTRODUÇÃO

A educação de jovens atualmente, é alvo de inúmeros discursos governamentais e educacionais, uma vez que o jovem, como categoria, foi visibilizada nesse século. Anteriormente o jovem estava na escola regular com seus pares ou em classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) junto com adultos e idosos na 'mesma' situação escolar. A particularidade da aprendizagem e da cultura do jovem nunca foi tão abordada quanto agora, sabe-se que as culturas juvenis são múltiplas, flutuantes e perpassam os processos escolares, (trans) formam os sujeitos jovens e suas subjetividades. Infere-se que esses jovens que frequentam as classes de EJA, como outros programas educacionais, trazem consigo outras experiências culturais e, principalmente escolares. Tais experiências configuram e auxiliam na constituição das suas subjetividades e de representações escolares, ou seja, discursos tomados como verdadeiros, oficiais, originais e que fora da ordem não fazem sentido ou são incompletos são elementos que tomam parte no processo de formação da subjetividade. O aluno jovem traz consigo discursos que o constituem sobre o realmente esperar da educação, se ela deve ser preparatória para o trabalho, se para a inserção cultural ou se apenas mais uma ferramenta dentre tantas utilizadas na sua promoção social. O objetivo dessa comunicação é problematizar os discursos e formas de governo das juventudes nos sites do ProJovem¹ e das Juventudes, tensionar as culturas juvenis ali constituídas.

¹ Programa de Inclusão dos Jovens do Governo Federal, que tem como objetivos a profissionalização e complementação dos estudos dos jovens que frequentam o programa.

Como este estudo encontra-se em fase inicial², a metodologia não pode estar totalmente desenvolvida, sendo que será complementada por entrevistas com jovens que frequentam o programa. As ferramentas de trabalho foram a análise do site do ProJovem, das Juventudes e do material encontrado nele. A partir desta coleta deu-se a análise sob a perspectiva dos Estudos Culturais e pós-estruturalistas de Michel Foucault e do campo da Educação. Para tanto foi utilizado como fundamentos teóricos as noções de discurso, poder, verdade, biopolítica, subjetividade de Michel Foucault; culturas juvenis, Elisabete Garbin e Carles Feixa, identidades de Stuart Hall; Estudos Culturais de Marisa Costa, Raymond Williams. Logicamente, haveriam outras fontes a considerar, mas que para fins desse estudo não lhe pareceram pertinentes, uma vez que podemos considerar as pesquisas como interessadas, ou seja, dotadas de interesse e proposições próprias, de recursos que os levem a determinados caminhos.

Ao coletar o material de análise nos sites, foi possível constatar alguns discursos que na sua cotidianidade não foram percebidos, ou se foram fizeram parte da ordem 'natural' das coisas. Quando naturalizamos certos enunciados estamos tornando-os como algo familiar, do dia-a-dia, algo que já é dado como certo, verdadeiro, oficial. Muitas análises ainda são possíveis acerca desse assunto, mas para um primeiro momento, as que aponto agora são instigantes.

Tais análises se situam no campo dos Estudos Culturais, tais análises saem do lugar comum de alta e baixa cultura para visibilizar outras formas de se fazer cultura, de propagá-la (Williams, 1992) não utilizando binarismos, mas pensando nas possibilidades de hibridizações. Ao levar os Estudos Culturais para a escola, trazê-lo para o campo da educação ampliamos as considerações de cultura, que podem ser pertencentes a um país, cidade, bairro ou de um grupo específico (Costa, 2004).

2 O PROJÓVEM E SEUS DESDOBRAMENTOS

O ProJovem Urbano, programa de desenvolvimento integral do jovem do governo federal, é pano de fundo desta comunicação no intento de problematizar as culturas juvenis que ali se produzem, bem como suas identidades. É possível observar tanto no site, quanto no pólo práticas diferenciadas de escolarização,

² A pesquisa encontra-se ainda em fase de projeto de dissertação.

iniciando pelo espaço-tempo escolar. Por ser um programa que lida com a população jovem³, o tempo escolar é diferente sendo que o jovem ingressa no Ensino Fundamental e cursa os anos que lhe faltam completar, é avaliado de forma interna e externa com exames nacionais de qualificação por curtos períodos de tempo, logo não se pode conceber o tempo desse programa como anos letivos das escolas regulares, mas sim um tempo diferenciado, para uma população diferenciada.

Este programa tem também propósitos distintos dos da escola ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo⁴ “uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil”, e associando formação básica, qualificação profissional, participação e atuação na sociedade; essas finalidades apontadas pelo programa são em um patamar filosófico, um conjunto de enunciados sobre o que realmente é necessário para a inclusão do jovem na sociedade, visto que essa população precisa atender a tais necessidades para fazer parte das práticas da sociedade e se localizar nas mensurações do governo, ainda que sejam no aspecto da educação, para governar é preciso conhecer (Veiga-Neto, 2007). Não é mérito desse artigo apontar aspectos ‘bons’ ou ‘ruins’ do programa, mas sim visibilizar os discursos e as produções de culturas juvenis na suas cercanias.

A tendência da EJA durante muitos anos não foi preparar para o mercado de trabalho, mas sim ensinar composições simples as pessoas, tais como: ler, escrever e fazer cálculos. Por vezes, as subjetividades discentes entraram em tensão com as docentes (Santos, 2009) justamente pela fronteira (im)posta da educação e do mercado de trabalho. O trabalho foi e é motivo de evasão dos jovens na escola de ensino regular, ou seja, havia uma incompatibilidade da escola/educação com trabalho. Alguns dos grandes discursos da sociedade pós-moderna econômica configura-se na necessidade de estar inserido na profissão, no entanto, para isso é preciso ter passado pela escola ou pelo menos por processos de escolarização que atestem a competência desse sujeito. Em sua tese Nogueira (2009) aponta para a sociedade de aprendizagem, aquela que precisam estar em constante processo de

³ O programa não se comporta dessa forma apenas por lidar com jovens, mas por ser uma prática descrita em seu plano político pedagógico, contido no site do programa www.projovemubrano.gov.br

⁴ Finalidades apontadas no site do programa.

aprendizado, seja na escola ou em outros espaços, tanto para se inserir, quanto para fazer parte das práticas da sociedade.

É nessa dicotomia educação-trabalho que o ProJovem Urbano pretendeu se situar, segundo o site, unindo os processo educativos à formação profissional. Essa união é bastante positiva no que tange os discursos político-econômicos, pois atende aos seus enunciados e produz subjetividades juvenis de acordo com o que se necessita no panorama do trabalho. Não são posições negativas ou positivas, são discursos que fazem parte da sociedade e que ditam as normas da mesma, que são naturalizadas por potentes relações de poder. Logicamente, que se discurtirmos outros aspectos desse programa, podemos observar inúmeros fatos interessantes, pela perspectiva do pós-estruturalismo, tais como a lógica restritiva que o reveste, uma vez que somente jovens de 18 à 25 anos que saibam ler e escrever e que sejam aprovados no teste de proficiência dessas duas habilidades podem frequentá-lo. Estes conjunto de 'requisitos' podem ser entendidos como normas, e uma vez fora delas, o jovem não tem acesso ao programa ou aos 'benefícios' que ele lhe proporcionará. Também esse conjunto de enunciados posicionam o sujeito dentro ou fora da norma (Foucault, 1999), visível ou invisível ao governo conforme Novaes (2006, p.114), afinal a idéia de 'desenvolvimento local' implica criar sinergias, complementariedade e integração dos projetos variados. Enquanto isso, jovens de outras áreas ficam cada vez mais invisíveis.

O ProJovem com suas práticas escolares próprias atraem jovens, formam profissionais segundo os critérios de admissão da sociedade. É interessante pensar nos tipos de práticas pedagógicas que são produzidas dentro do programa, se são práticas que, segundo Garbin (2009, p.12) tomam os alunos como sujeitos com visões de mundo diferentes, valores, sentimentos, emoções, desejos e projetos que se constituem nesse cenário social, ou seja, mais do que contemplar os critérios sociais, há de se considerar o fator das culturas juvenis ou se ainda perpetuam práticas escolares modernas. As culturas juvenis no âmbito escolar - rendem um artigo e até estudos mais detalhados, o que não disponho nesse artigo – são um elemento que também faz parte do fazer pedagógico e do processo de subjetivação dos jovens. Através de inúmeros pertencimentos e fragmentações das identidades culturais, os jovens passam por processos de governo de si para se adequarem aos

discursos dos seus pares e por que não dizer dos processo escolares. Garbin(2009, p.14) corrobora com essa idéia apontado que:

a escola tem se considerado como espaço de encontro, conversa, diversão e sociabilidade, sendo muitas vezes, o “único” lugar possível para expressividade de si, nas quais a presença e o olhar do outro se tornam fundamentais. É nesses espaços que os jovens podem negociar seus gostos musicais, seus ídolos e suas bandas preferidos, como também construir certos espaços de autonomia para si mesmos e, neste processo, constroem identidades partilhadas.

Além de espaço de escolarização, o programa também é considerado um espaço de sociabilidades juvenis e produção de culturas, bem como identidades dos mesmos.

3 PROCESSOS DE ASSUJEITAMENTO E REPRESENTAÇÕES ESCOLARES: POSSÍVEIS TENSÕES

A partir das reflexões anteriores, podemos problematizar as representações que o jovem tem da instituição escola e de seus processos, ou seja, suas representações tensionam ou vão ao encontro dos discursos da escola. Santos (2009) em seu estudo sobre os *Discursos Docentes em EJA constituindo representações discentes em EJA – implicações em sala de aula*, aponta a relação de jovens numa escola municipal de EJA em Porto Alegre com os discursos sobre educação, trabalho e aprendizagens, o que pode auxiliar no desenvolvimento do tema deste artigo. Os alunos dessa escola, mas também podemos ampliar a outras instituições, e sua subjetividade aliados as práticas culturais, as experiências escolares anteriores e outros discursos sobre economia, inserção social, irão direcionar seus objetivos de aprendizagem ou até mesmo podem confrontar a sua representação sobre a utilidade da escola. Estas representações que os alunos tem da escola, também são um elemento que influem nos discursos acerca do ProJovem e que são ausentes nos sties do programa. Estes discursos, na concepção que adoto, não são apenas verbais, mas sim como coloca Foucault (2009, p.153) ‘um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência’ e essa noção de discurso rompe com os conceitos de continuidade e tradição, ou seja, tais discursos estão posicionados num determinado

momento histórico, político, econômico e operam governos, subjetividades e processos de sujeição. Também, como afirma Veiga-Neto (2007, p.93) as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele.

Tais discursos auxiliam na produção das representações que o jovem tem da escola que também pode se tornar nas (des) razões em continuar a estudar na instituição escolar regular – com determinadas práticas e conceitos - ou procurar o programa que tem práticas diferenciadas. Estas representações da escola podem, em um primeiro momento, parecerem naturais, preexistentes, mas na realidade elas foram construídas ao longo das experiências culturais/escolares desses sujeitos, orientando-os no que é dever da instituição escola fornecer ao educando. São parte integrante de sua subjetividade. No entanto, o que se entende por subjetividade? Para Foucault (Dreyfus; Rabinow, 1995), os estudos sobre subjetividade tinham como questionamento as formas de como os indivíduos se tornam sujeitos. Conforme aponta Revel (2005, p.84), trata-se portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente construído sobre a base de determinações que lhe são exteriores, e que compõe suas memórias, seus modos de ser e agir e constituem o sujeito, no caso o sujeito escolar. As práticas pedagógicas, aliadas aos artefatos culturais fazem da escola uma das inúmeras representações⁵ de educação para esse sujeito do que é oficial, do que é legalmente reconhecido, do que é verdadeiro e tem validade em sua sociedade, em detrimento do que é falso, tudo isso são resultados de processos de subjetivação.

Nesse ínterim o indivíduo se torna sujeito à medida que pratica/introjeta discursos da sociedade, sejam eles políticos, econômicos, etc. Veiga-Neto (2007, p.111), afirma que essa é uma das três formas de subjetivar um indivíduo:

os três modos de subjetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – a objetivação de um sujeito no campo dos saberes – que ele (Foucault) trabalhou no registro da *arqueologia*, a objetivação de um sujeito nas práticas de poder que divide e classifica que ele trabalhou no registro da *genealogia*; e a subjetivação de um indivíduo que trabalha e pensa sobre si mesmo, que ele trabalhou no registro da *ética*.

⁵ Stuart Hall (2006), define representação como sendo a expressão cultural e social de uma identidade ou uma instituição, indo além do sentido de tradução ou ideário ficcional dessa expressão.

Através do saber produzido pelos discursos, o sujeito vai constituindo sua noção de dever, certo e também de errado, falso, incompleto. Ligado ao saber, encontramos na constituição do sujeito a questão do poder, mas um poder que é fluído, circulante e não unilateral, soberano; um poder que forma relações e jogos de verdade (Foucault, 1979). No caso dos jovens que participam do ProJovem, eles estão submetidos a discursos que produzem saberes, dos quais eles precisam se apropriar para poderem ser preparados para tentar uma inserção no mercado de trabalho. Também, precisam agir sobre outras ações desses saberes e ser formatados por essas ações, ou seja, por em prática as relações de poder. Tal poder age, não impõe, não se concentra em um sujeito, é esse o efeito que o faz perdurar, segundo Foucault, (1979, p.8) o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Outra forma de subjetivação é a relação consigo mesmo, pensar sobre si, praticar a si. O governar de si é uma premissa para se falar em subjetividade, não governar-se no sentido de controlar apenas, mas sim de constituir, de produzir a si. O objetivo do ProJovem é produzir um jovem qualificado, escolarizado (nos processos e não na instituição) e atuante na sociedade⁶, para isso ele precisa ser subjetivado pelas práticas do programa na relação de si, ou seja, o jovem precisa governar-se para que as ações pedagógicas do programa façam “efeito” nele.

Nos estudos pós-estruturalistas não tratamos de conceitos, de definições pois “encerram” o termo que podia ser amplamente discutido, logo uma das múltiplas idéias acerca da governamentalidade nos mostra ela como sendo um modo de governar as ações do pensamento, ou o encontro entre as técnicas exercidas sobre os outros e sobre si mesmo (Revel, 2005); Podemos observar que mesmo parecendo distintas as ideias sobre governamentalidade e governo de si, guardam e muito suas semelhanças, ou seja, pode ser o governo das formas de pensamentos, mas que é constituído e controlado pelas técnicas de si e dos outros sobre si. Das discussões da noção de governamentalidade nasce a necessidade de se conhecer o governo de si, isto é, como os indivíduos governam a si, se constituem e após governo os outros. Michel Foucault, em suas incursões epistemológicas acerca do governo, tomou – de modo questionante - a literatura principal de Maquiavel que

⁶ Informações colhidas no site do programa.

dava conselhos “externos”⁷ ao sujeito, no caso o príncipe de como governar seu Estado. Para entender e discutir a literatura de Maquiavel, Foucault foi buscar na Antiguidade Clássica a primeira noção de governo de si, aí implicada com o cuidado de si, numa frase dita por Plutarco à Alexândrides (Foucault, 2006.) “cuidada-te a ti mesmo”, o que na época não era uma referência direta ao sujeito, mas sim aos bens que este possuía. O sujeito deveria primeiro governar/cuidar de seus bens antes de se aventurar a cuidar dos bens da nação. Deste momento histórico até a máxima délfica “conhece-te a ti mesmo” foram inúmeras as mudanças e rupturas ocorridas. O governo de si, por todo seu histórico exige um cuidado de si, uma prática dirigida somente ao sujeito, o que trazendo para o meu estudo sobre jovens e o ProJovem, podemos observar que estes se governam a si e aos seus pares, mediante à participações do programa, como normas e tecnologias que os governam, tais como: assiduidade, aprovação nos testes e aspectos ligados à subjetividade. Este cuidado de si, implica em tecnologias que são alguns dos elementos de disciplinarização e subjetivação prescendentes do sujeito. Essas tecnologias que podem adquirir status de práticas, ou seja, como diagnostica Castro (2009) são uma regularidade que organiza sistematicamente os saberes de modo recorrente e geral; produz um modo de pensamento, no caso do ProJovem um modo de constituição de culturas juvenis num espaço ‘oficial’ e de atendimento a necessidades da sociedade de trabalho.

Essa relação e governo de si mesmo, também produz identidades juvenis que aparecem no cotidiano do programa, uma vez que as culturas juvenis são múltiplas e se constituem nos mais diversos espaços (Garbin, 2009), inclusive dentro do programa. Essas culturas misturam música, forma de vestir, de falar, de pensar sobre o futuro e tornam o espaço um insterstício de suas vidas cotidianas.

As representações de juventudes do programa também são objetos interessantes de se observar. O site traz imagens de jovens ‘grafitados’/grafiando, ressaltando as imagens de jovens negros, com fones de ouvido, com skates. Já no portal da Juventude⁸ aparecem a figura de um jovem formado por vários recortes, no intuito de representar a cultura juvenil com suas bricolagens e mutações. Podem até parecer uma possível abertura aos diálogos sobre cultura juvenil, mas ainda

⁷ As ações para o melhor governar deviam partir do príncipe enquanto autoridade máxima, após a morte do rei, não era mencionado que o próprio príncipe deveria governar seus instintos ou a si para bem governar a nação.

⁸ Site do Portal da Juventude <http://www.juventude.gov.br/>

padronizam demais a juventude da transgressão, da liberdade, da rebeldia que se 'identifica' com os objetivos do programa.

4 A QUESTÃO DA VERDADE E DO PODER NA SUBJETIVIDADES JUVENIS E NA BIOPOLÍTICA

Pelos discursos circulam as “verdades” da época, aquelas asserções, práticas e/ou crenças que são por muitos de nós naturalizadas, inquestionáveis e que fora delas não há sentido. A verdade, para Foucault (1979, p.13) “(...)é o conjunto das regras segundas as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder.”, ou seja podemos conceber a verdade como sendo o conjunto de enunciados que tornamos como práticas, como correto, essencial, fundamental. A verdade é parte integrante do discurso, ela é a base de afirmação dos discursos, logo a sociedade faz funcionar certas verdades para o bom desenvolvimento de suas funções e de seus participantes. As verdades científicas deram início a uma série de enunciados que desde o Iluminismo até os dias atuais, faz com que seu discurso seja verdadeiro e inquestionável. O que rege os enunciados e o que torna os discursos como algo do normal, do correto são as verdades. A sociedade vive e põe sua estrutura em determinados regimes de verdade (Foucault, 1999), ou seja, asserções que regem o modo de ser, de governar de uma sociedade.

A engrenagem da verdade é o poder, uma vez que esse faz circular, faz funcionar nos sujeitos. O poder, para Foucault, longe de ser o poder absolutista de um só governo, de uma pessoa má, é antes de tudo um poder transversal e múltiplo. É um poder que assujeita, adequa, que controla redes discursivas. O poder é para Revel (2005, p.67), na visão de Foucault, “um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história.”, ou seja, em busca do “bem comum” a sociedade produz suas verdades e pelo poder as faz tornar parte essencial de suas práticas, se não é o governo, pode ser o cidadão que dissemina as verdades e faz parte das relações de poder. Seria uma ação sobre a ação (Veiga-Neto, 2007), o conceito mais apregoado de poder para Foucault.

Aliada a essas concepções de verdade e poder encontramos a biopolítica que se usa desses dois elementos para agir. Podemos inclusive, pensar sobre a educação como um dos 'braços' ou uma das formas da biopolítica, embasados na afirmação de Castro (2009, p.60) na qual a biopolítica estuda fenômenos em massa, em série e de longa duração; a educação como um processo que fazia parte da sociedade antiga, com a paidéia, vem constituindo seus modos de aprender e de ensinar dos sujeitos por muitos séculos, não sendo uma tecnologia nova. A emergência das práticas pedagógicas, pode ser olhada de outros viés, o do Estado, uma vez que essa instituição saiu do controle da Igreja Católica para o controle do Estado, mantendo algumas unidades ainda sob júdice da Igreja. Quando houve a ruptura da forma de governar do soberano para o liberalismo e a livre concorrência no Estado, a escola permanecia sob a égide da soberania, tornou-se urgente a produção de outras formas de educação em cursos profissionalizantes, educação de adultos e mais recentemente, educação de jovens e adultos. Assim como os discursos, os saberes, os jogos de poder e seus processos deslocaram o poder do soberano sobre o indivíduo, para o conjunto da população, passa-se de um poder sobre fazer morrer ou fazer viver, para o poder de fazer viver e evitar a morte.

Atualmente, os programas de assistência ao jovem mudaram o foco do governo, antes focado no professor e agora no conjunto de sujeitos alunos. O aluno precisa governar a si mesmo para aproveitar 'melhor' o programa, deve vir as aulas, estar no horário combinado, ser aprovado nos testes para que obtenha o máximo de benefícios financeiros do programa e da sociedade. Não se torna necessário que o governo controle, nem discipline cada um dos indivíduos que frequenta o ProJovem, ao passo que esses indivíduos por si mesmo se controlem e disciplinem baseados nos discursos e saberes acerca do mercado de trabalho e da sociedade.

Se a biopolítica abarca a educação como um elemento de seu governo, a escola seria o dispositivo de segurança e controle dessa estratégia de governamento. Governando essa faixa etária abarcada pelo programa, tem-se, segundo o Estado, uma diminuição na criminalidade, um profissional qualificado pronto para o mercado de trabalho, um cidadão atuante na sociedade, entre outras posições de sujeito que se adequam à constituição do ambiente em que tal jovem vive. Entretanto, pode-se questionar se seria apenas com a participação nesse programa que a vida desse jovem mudaria? Em parte, sim. A forma de se constituir

e de agir desse jovem mudaria, ganharia outros realces, bem como sua cultura, mas não seria um passaporte para o sucesso, assim como é divulgado na mídia e nos discursos da sociedade. Os discursos sobre educação e sobre a importância de aprender foram sendo refeitos de tempos em tempos pela própria sociedade que os divulga e pela instituição escola, na tentativa de se manter ainda 'respirando'. Desde o status de aprendiz até a nossa contemporaneidade de conceber a educação como forma de promoção pessoal, passamos também pelos discursos sobre os usos da educação como alavanca para se obter um futuro de sucesso, com as máximas 'sem estudo eu não sou nada na vida', 'estude por que depois você vai precisar', ditas pelo senso comum. Logicamente, podemos entender que esse histórico faz parte da constituição do sujeito aluno e de seus processos de formação da categoria jovem e estudante.

5 À GUIA DA CONCLUSÃO

Este artigo objetivou tensionar os modos pelos quais os jovens passam por processos de governo e subjetivação no ProJovem, através de seus discursos publicados no site oficial do programa. No que tange a essa subjetividade aparecem as experiências culturais do sujeito como grandes norteadoras de suas práticas, discursos assimilados na sua formação inicial e vivências escolares anteriores também auxiliam no processo de constituição do sujeito e de seu modo de ser frente às exigências da sociedade e da escola. Sob esse processo de produção do sujeito, podemos observar as inúmeras formas de governo desses jovens, os quais compõem os discursos afirmados sobre a qualificação profissional, a permanência desse jovem na escola, entre outros. No entanto, não aparece, em tais discursos e práticas, a inserção desse mesmo jovem numa instituição de ensino superior ou galgando outro posto que lhe seja para além do que é proposto no site e no plano político-pedagógico. Logicamente, não podemos afirmar de todo, nem generalizá-lo ou taxar de bom ou ruim, nem tão pouco afirmar que esses sujeitos estão sendo coagidos. Eles se apresentam ao programa por opção própria, pois vem de práticas culturais que criam necessidades nesse indivíduo de qualificação.

A sociedade da aprendizagem (Nogueira, 2009) está aí, o sujeito para ser qualificado e/ou aceito em sua sociedade deve-se manter em constante processo de aprendizagem para que faça sentido a sua existência. A experiência cultural válida é aquela que põe em cheque o que se aprendeu, se não dispõe de tal ferramenta, logo está obsoleto ou fora da sociedade. Não se tolera mais analfabetismo de toda a ordem, se evita, se excluí, ainda que veladamente. Nunca esteve tão em voga aprender, nem que seja uma dança, uma forma de se expressar, o importante é aprender.

O eixo do aprendizado é deslocado do professor para o aluno, ou seja, o interesse e os recursos para aprender devem partir do educando. Deslocado o eixo ensinar-aprender, as propostas da EJA ao passo desses acontecimentos se tornam defasadas e uma nova modalidade de ensino atrai os jovens, uma modalidade na qual o tempo-espaço é diferente, o que se aprende ‘tem utilidade’⁹.

É interessante ressaltar que esse conjunto de representações acerca da utilidade, do espaço, do tempo e da constituição da instituição escolar, pode num primeiro momento parecer natural, mas não o é. As representações fazem partes das inúmeras tensões de subjetividade desses jovens. Tais tensões dão à luz a saberes difundidos pela sociedade, por trajetórias escolares anteriores, por relações de poder com os discursos em voga.

Pensando a partir dessa formação de subjetividades há de se tomar um cuidado especial. O ProJovem não é um vilão, mas sim um espaço de encontro, de negociação diária de saberes, de práticas de relações de poder e constituição de subjetividades. Não há vencedores, nem vencidos, nem coagidos, mas sim há uma tensão de discursos e uma negociação de representações, um atendimento em parte de necessidades do sujeito, como escolarização e obtenção de fonte de renda.

O que pauta essas relações são o poder-saber, ou seja, quem detém o poder traz consigo o saber e a legitimidade do discurso. Como resultados dessa legitimidade, surgem as “verdades”, tais como: a escola, enquanto instituição, é o único lugar para se obter conhecimento, o livro é a fonte mais confiável de pesquisa e a importância de estudar para ter uma profissão. Logo, esses discursos vão tornando-se parte da subjetividade do aluno, junto com suas reminiscências de

⁹ Expressão usada pelos jovens com referência ao modo como concebem conteúdo ideal da escola regular.

infância e de outras experiências escolares, constituindo assim as representações de escola, professor e aula, que irão tensionar as representações fornecidas pelo ProJovem. Essa tensão faz parte das relações de poder entre os sujeitos em seus processos de sujeição, de forma da subjetividade.

A relação desse jovem com o programa pode estar permeada pelas relações de saber poder e pelas técnicas de dominação. Não são positivas, nem negativas, apenas regulam um espaço e sujeitos. Há também que considerar a questão de auxílio financeiro do programa, ou seja, até que ponto realmente o jovem quer estar ou 'precisa' estar frequentando o ProJovem. A evasão é inexpressiva, segundo o site, mas e o interesse em estar lá seria somente pelo saber veiculado?

Restam ainda muitas investigações acerca desse viés do programa. Como toda relação de poder, há focos de resistências, pode ser como o fato de não abrir o caderno, discordar de um pedido de atividade, usar seu modo de representação da escola, disseminar sua cultura. Estes são atos de resistência contra o poder que lhe é colocado no programa.

Nada que a biopolítica não abarque e tome para seu controle, para sua mensuração; mudam-se as práticas pedagógicas tendo as 'necessidades' prementes dos alunos, através do controle dessa política. A biopolítica não é a máquina do mal, é uma das inúmeras formas de governo, menos custosa que fora sendo, através de discursos, de práticas de controle, disseminada na sociedade, junto com o liberalismo. Além de mensurar e prever doenças, catástrofes naturais, pode-se inferir também no processo educativo, que é uma maquinaria do Estado, logo, faz parte de seu controle.

As tensões nas subjetividades, importância do trabalho, expressadas através dos discursos nos fazem pensar que muito do sabemos, ou julgamos saber na EJA ou na educação de jovens ainda está longe do que o aluno busca nessa modalidade de ensino, da sua representação.

É importante pensar que se cada vez mais as salas de aula da EJA estão ficando vazias ou com alunos desinteressados, o que não é somente carga do professor, mas sim de práticas sociais modernas, cambiantes e ditames econômicos que habitam a subjetividade dos alunos que buscam a EJA. Conhecer os alunos, saber de suas representações torna-se uma ferramenta fundamental na sala de

aula. Também, não podemos esquecer o viés político e intervencionista que a educação de jovens tem de lidar cotidianamente.

LISANDRA VEIGA DOS SANTOS LAUTERT

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), na Linha de Pesquisa Estudos Culturais em Educação, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Elisabete Maria Garbin, integrante do Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO). É graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UFRGS (FACED/UFRGS).

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). **Estudos culturais em educação** : mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

DREYFUS, HUBERT L.. **Michel Foucault** : uma trajetória filosófica : para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979

_____. **A hermenêutica do sujeito** : curso dado no Collège de France (1981-1982). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: curso dado no College de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARBIN, Elisabete Maria. Diferentes de alguns, iguais a outros! As culturas juvenis invadem a escola. In: CAVALCANTE, Marcia H. Koboldt; SOUZA, Rui Antonio de (Orgs). **Culturas Juvenis dinamizando a escola**. Porto Alegre: Edupucrs, 2009, p.11-18.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOVAES, Regina. Os Jovens de hoje: conceitos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGÊNIO, Fernanda (Ogrs.). **Culturas Juvenis: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.105-120.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos Essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **Foucault & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.